

ENTRE A *MIMESIS* E A REVOLUÇÃO: um debate contra-hegemônico do Estado plurinacional boliviano

Cauê Almeida Galvão¹

Resumo

Esse artigo intenciona colocar em discussão os caminhos múltiplos percorridos pela compreensão e consolidação do Estado plurinacional boliviano, assim como os entraves que limitam a ação autônoma originária de ruptura com os processos colonizadores de um Estado-nação. Reflete-se nesse trabalho, os vieses que se apresentam na consolidação do “novo” Estado-nação boliviano, buscando dentro dele, encontrar os atores miméticos que limitam a transformação organizacional, assim como os revolucionários que insistem na lógica contra-hegemônica e apontando severas críticas as limitações constitucionais instituídas como a institucionalização da ideia de *suma qamanã*.

Palavras-chave: Estado plurinacional. *Buen vivir*. Processos autônômicos.

Resumen

Eso artículo tiene intención de poner en discusión los múltiples caminos hechos por la comprensión y consolidación de lo Estado plurinacional boliviano así como, las barreras que limitan la acción autónoma originaria de ruptura con los procesos colonizadores de un Estado-nación. Reflejase en este trabajo, los vieses que se presentan en la consolidación del “nuevo” Estado-nación boliviano, buscando dentro de él, buscar actores miméticos que limitan la transformación organizacional, así como los revolucionarios que insisten en la lógica contrahegemónica y apuntando severas críticas a las limitaciones constitucionales instituidas como la institucionalización de la idea del *suma qamanã*.

Palabras clave: Estado plurinacional. *Buen vivir*. Procesos autônômicos.

¹ Mestrando bolsista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (IELA-UNILA). Graduado em História-América Latina (UNILA). Tem interesse por temas relacionados à História da América Latina, Guerra às Drogas, Movimentos de resistência do século XX, Movimentos Sociais Contemporâneos, Racismo Institucional, Seletividade Penal e Punitivismo, Educação não-escolar, Cultura RAP, Antiproibicionismo e Autogestão. Email para contato: cauealmeidagalvao@gmail.com.

1 Introdução

Os contextos vinculados as correntes de esquerda neodesenvolvimentistas, que obtiveram um avanço dos quais se orientaram os governos denominados “progressistas” na América Latina desde o início dos anos 2000, trouxeram consigo diversas demandas sociais sempre relegadas a um segundo plano.

Assim, ao analisarmos o caso específico da Bolívia, podemos perceber o avanço de discursos das demandas indígenas, consolidados através das memórias milenares dos povos andinos e seus processos de luta e resistência. Entre esses discursos, apontamos diretamente para a luta pelo *suma qawsay* ou *suma qamanã* (buen vivir ou vivir bien) bem como da reiterada demanda de uma organização estatal menos racista e menos interventora nos processos autônomos nas comunidades. Assim, consolidando uma figura de Estado que compusesse várias nações, pensado então como Estado plurinacional.

Nessa organização plurinacional, a ideia de um Estado é entendida pelas comunidades indígenas como o articulador e garantidor das necessidades dos povos, além de manter sua força jurídica para garantir que o *suma qawsay* ou *suma qamanã* possam ser exercidos e para que os recursos naturais possam ser preservados, em detrimento do consumo internacional desenfreado em torno de matérias primas naturais.

Nesse sentido, apresentamos esse artigo após as indagações que surgiram com as visitas aos locais e os estudos históricos envolvendo esses âmbitos nacionais e internacionais, e, sobretudo pela ânsia de tentar compreender como, e se é possível, se engendrar uma nova organização social, que reconstrua a compreensão dos saberes e poderes e reconsidere as formas como a sociedade se relaciona com a natureza, e as tradições não ocidentais e não ocidentalizadas, através de uma estrutura claramente colonizadora, hierárquica, genocida e homogeneizadora como é, e nos foi imposta em toda a América Latina, a figura do Estado-nacional liberal, burguês, capitalista e ultimamente neoliberal.

Dessa forma, não se debruçou nessa análise para buscar respostas solucionáveis ou fórmulas mágicas para abater o sistema internacional, nem tampouco propor a solução para os povos latino-americanos, mas sim, levantar a discussão sobre como o Estado pode estruturar e consolidar formas distintas ao seu padrão original, sem necessariamente ter que se desconstruir, gerando aí as políticas de reforma, que modificam pouco ou nada as realidades locais, regionais e nacionais, por serem sempre reformas estruturantes e nunca de rompimento com a estrutura, bem como os entraves de mesmo com uma estrutura organizacional diferente, ter de adaptar seu sistema ao sistema econômico internacional.

2 Estado moderno e a posse do discurso “originário”: a imposição *desde arriba*

A estrutura do Estado nacional moderno solidificado através das elites no século XIX na América Latina traz consigo diversos aportes que podemos colocar em relevo nesse debate em torno da produção discursiva do “originário” no processo de construção da identidade nacional. Todavia, para nós nesse breve artigo, tomaremos como método de compreensão analisar especificamente a estrutura do estado moderno clássico e suas reformas no âmbito da mudança ao estado plurinacional na Bolívia, ou seja, tratamos aqui, desde a produção das revoltas indígenas e sua intensa luta nos anos 90 e 2000 em torno do neoliberalismo latente na zona latino-americana, bem como da ascensão do governo de Evo Morales, que propiciou a mudança de status estatal.

Entendendo que “cuando se menciona y se debate la plurinacionalidad del Estado aquello que está en juego es la pertinencia y régimen de verdad que sustenta una de las categorías centrales del liberalismo: el *Estado-Nación*, y esta categoría remite a la narración más fuerte que la burguesía ha creado para legitimarse históricamente, aquella de la modernidad. El debate sobre el Estado Plurinacional es, por definición, un debate sobre los límites y alcances de la modernidad y sus posibilidades de regulación y emancipación. (DÁVALOS, 2013, não paginado)

Tendo clara a crítica da modernidade do Estado como sustentação necessária para o debate, há que se colocar também que o interesse da posse do discurso a se analisar aqui remonta a produção do entendimento *desde abajo* em contraponto à construção *desde arriba*, ou desde a transição e consolidação do Estado plurinacional, sobre as formas de se entender a identidade (pluri) nacional.

Em relação à *los de abajo* enquanto valorização da natureza, do respeito às comunidades e sua autonomia, da tentativa de consolidar o *suma qamanã* e de outra forma de se relacionar com o grande capital estrangeiro. Do outro lado *de arriba*, a congregação de forças sociais centralizadas que protagonizaram uma grande transformação mundial, de grande êxito midiático internacional entre os movimentos sociais na consolidação de um estado diverso (porém não diferente) e plurinacional, mas que com o caminhar do tempo, demonstrou algumas falhas que são importantes de serem apontadas se pensamos em uma verdadeira ruptura e descolonização dos processos de controle dos corpos, mentes e tradições.

Nessa relação, é importante compreendermos porque houve a possibilidade de avanço do discurso produzido pelos órgãos internacionais da compreensão sobre o que seria um Estado plurinacional, e que deixou com que a força internacional e também a produção marxista-estatal pensada pelo Vice-presidente Álvaro Garcia Linera (que será abordado posteriormente) se sobrepusesse às comunidades locais bolivianas que pensam e operam a compreensão da plurinacionalidade desde outras perspectivas ancestrais e

coletivistas, não jurídicas, estatais, patriarcais e que segue ainda hoje em luta, mesmo com a suposta produção do discurso uniformizado tão apreciado pelo Estado-nacional moderno que é vendido ao exterior da Bolívia, inclusive pelos órgãos internacionais que fizeram parte do processo de construção da constituição do estado plurinacional como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, cremos que deixando de lado a estrutura de reforma de um modelo essencialmente eurocentrado e focado na miséria como forma de sustento de um sistema de governo, é possível enfim um ataque direto *desde abajo* das formas de se organizar e organizar seus saberes e poderes de acordo com sua localidade histórica e não desde um processo de geopolítica do conhecimento, como aponta Mignolo (2007), em que os saberes e tradições indígenas passam a fazer parte de um apêndice da história não europeia.

No que diz respeito à Bolívia, especificamente, Tapia (2011 apud CUNHA FILHO, 2012, p.8) aponta que “há que se considerar, além do mais, a existência de movimentos que, mais do que “sociais”, são movimentos “societais”, já que buscam fazer valer como legítimas outras lógicas de sociedade e matrizes civilizatórias para além da liberal crioula, como no caso das comunidades originárias remanescentes em luta pela superação do forte colonialismo interno do país.”

Essas lógicas a se considerar, se consolidarão nos processos das Assembleias dos Povos iniciada em 2006 através da ascensão em 2005 de Evo Morales à presidência da república e da onda produzida pelo então novo partido *Movimiento al Socialismo* (MAS).

A constituição plurinacional que será efetivada e referendada em 2009 traz diversos avanços no debate constitucional como o reconhecimento diferenciado de autonomia, justiça, saberes e poderes e propriedade a comunidades indígenas e camponesas. Assim como o anseio desse novo estado em prol de um *buen vivir* ou *suma qamanã*.

O problema, no entanto, é que o processo jurídico positivado clássico trata desde logo a colocar as prioridades nesse “reconhecimento” a ser referendado pelo Estado. Nesse sentido, a figura do vice-presidente Álvaro García Linera é uma figura importante, para compreendermos um pouco da frustração de uma transformação real e revolucionária por conta do aspecto histórico da esquerda institucional em sempre reformar dialogando com o inimigo, no caso o sistema econômico internacional capitalista e financeiro e suas estruturas de instituições internacionais como ONU, Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização dos Estados Americanos (OEA) além das transnacionais do ramo do agronegócio e mineração.

Assim como, os espaços estatais serão ocupados por sindicatos centralizados e vinculados diretamente ao poder do MAS, bem como os debates aflorados sobre a descolonização do Estado boliviano, ganhará espaço mínimo com o status de secretaria nacional para descolonização.

Dessa forma é importante entendermos que, para a comunidade indígena, “a categoria de *Plurinacionalidad del Estado* forma parte de la *ontología política del movimiento indígena*. En efecto, de la misma manera que la burguesía se constituyó ontológicamente recuperando la noción de “Hombre” desde el renacimiento europeo y ontologizó esa noción para situarla como condición de posibilidad para el contrato social como fundamento moderno del poder, el movimiento indígena acude a la noción de Estado Plurinacional para lograr visibilidad ontológica como diferencia radical y, al mismo tiempo, denunciar el estatuto violento del Estado-nación moderno y burgués.” (DÁVALOS, 2013a, não paginado).

Assim, para o autor, a potencialização da plurinacionalidade desde o movimento indígena, tem em seu seio a ideia de que é necessária a “imputación a la figura del Estado-Nación y sus nociones de contractualidad y libertad individual, como dinámicas de violencia, dominación y colonialidad.” (Idem)

Falamos aqui especificamente da colonialidade do poder, pensada por Aníbal Quijano (2005), sobretudo em seu processo de divisão racial da sociedade latino-americana.

Ao retornar a ideia de frustração do modelo, tomamos aqui a visão estadista socialista clássica do vice-presidente boliviano Álvaro García Linera, para observarmos como, mesmo inovando com a mudança ao Estado Plurinacional, o *modus operandi* de governar boliviano segue os mesmos padrões tradicionais da modernidade estatal severamente contestada pelos movimentos indígenas reivindicatórios da plurinacionalidade estatal, quando afirma que “El Estado es lo único que puede unir a la sociedad, es el que asume la síntesis de la voluntad general y el que planifica el marco estratégico y el primer vagón de la locomotora. El segundo es la inversión privada boliviana; el tercero es la inversión extranjera; el cuarto es la microempresa; el quinto, la economía campesina y el sexto, la economía indígena. Éste es el orden estratégico en el que tiene que estructurarse la economía del país.” (LINERA, 2007 apud TOUSSAINT, 2009, p.6)

Assim, figura como única solução para García Linera, que se encontrava em uma posição de poder bastante definidora no processo boliviano, o Estado clássico marxista que planifica as estruturas. Dessa forma, reduz a ação dos povos indígenas em torno do poder participativo direto, bem como de suas atuações autônomas garantidas constitucionalmente.

Neste contexto, descreve-se que “normalmente, para la izquierda marxista el objetivo es la toma del poder para cambiar la sociedad. Se trata de capturar y transformar el estado para desde arriba cambiar la sociedad. En cambio, la experiencia de esta última década de gobiernos “progresistas” nos estaría mostrando que para el Vivir Bien la toma del poder debería ser para incitar aún más el proceso de emancipación y autodeterminación desde abajo, cuestionando y subvirtiendo todas las estructuras coloniales que persisten incluso en las nuevas formas estatales que surgen del proceso de cambio.” (SOLÓN, 2016, p.57).

Assim, com uma Assembleia dos Povos que organizou ativamente a produção da constituição de um estado plurinacional para a Bolívia, acreditava-se de fato avançar para uma transformação real do sistema de colonialidade do Estado nacional. Porém, mesmo tendo diversos aportes do movimento indígena na produção do documento constitucional final, a posta em prática dos mesmos desde o âmbito burocrático estatal representa a forma colonial de bloquear os avanços autônomos que fujam do devido controle da centralidade do poder em torno do messias indígena Evo Morales e de seu vice-presidente marxista eurocentrado dentro do MAS, que atualmente descaracterizou-se internamente, se aliando com “la oligarquía cruceña que antes lo combatía”, como refere Silvia Rivera Cusicanqui em entrevista².

A obra de Silvia Rivera - *Pueblos originários y el Estado* - traz ao cerne do debate da assembleia, realizada no ano de 2006, as questões do colonialismo interno e, sobretudo, do racismo institucional que fará renascer nesse momento de construção social “os estilos clientelares de manipulación de la opinión popular por parte de lMERes y caudillos ilustrados, el manejo autoritario de los constituyentes por parte del Vicepresidente, y sobre todo su frecuente alusión a las masas indígenas como “atrasadas” y premodernas, lo coloca muy cerca de los caudillos movimientistas de antaño.” (CUSICANQUI, 2008, p.26)

Sequencialmente, a autora deixa claro o perigo decorrente dessa estruturação do processo popular para uma burocracia elitista controladora do Estado.

No hay antidoto frente estas formas de caudillismo y racismo, tan enraizadas en la vida cotidiana que se parecen al aire que se respira. Quizás si las y los constituyentes indígenas y populares, en lugar de esperar instrucciones de sus jefes, pudieran acercarse a sus bases hablando su propia lengua e interpretar cabalmente sus demandas, podría comenzar a superarse esa atmósfera enrarecida y trágica de confrontaciones, que parece estar llevando a la Constituyente por el despeñadero, el chantaje de las oligarquías y el elitismo de los caudillos se verían así frenados por el vigor autogestionario y por la voluntad de poder de un pueblo conscientemente movilizado. (CUSICANQUI, 2008, p.26)

Assim, é preciso interpretar além do discurso midiático para compreender as nuances da colonialidade produzidas no seio da construção jurídico-discursiva que garante aos poderosos sua manutenção na estrutura, seja desde o Estado nacional ao plurinacional, tendo em vista que os espaços seguem abertos enquanto a estrutura apenas se ilusiona em torno do processo de avanço revolucionário, não obstante por meio de uma prática reformista.

3 Para além do discurso e da prática estatal: uma análise do *buen vivir* desde *los de abajo*

Ao pensarmos sobre a Assembleia dos Povos e sua construção histórico-linear conflituosa, que resultou no avanço jurídico da produção da constituição e na refundação do estado no padrão plurinacional adotado pela Bolívia a partir de 2015, observam-se diversos traços dos pensamentos indígenas acoplados a esses eventos, como por exemplo, a garantia desde o documento jurídico-estatal do *suma qamanã* ou *buen vivir*. Entretanto, como destaca Solón (2016a, p.54), “un error clave fue creer que el Vivir Bien podía ser plenamente desarrollado desde el poder estatal, cuando en realidad el Vivir Bien es una propuesta que se construye desde la sociedad. La constitucionalización del Vivir Bien y el Buen Vivir ahondaron este espejismo e hicieron pensar que a través de un plan nacional de “desarrollo” desde el Estado se podía avanzar hacia el Vivir Bien cuando en verdad el secreto de esta visión está en el fortalecimiento de la comunidad, en el potenciamiento de su capacidad de complementariedad con otras comunidades y en la autogestión de su territorio.”

Nesse sentido, a estrutura do Estado-nacional, da forma como é planejado, mesmo que na sua versão plurinacional, representa uma lógica hierárquica que se distancia das formas de estrutura pensadas pelos povos indígenas que são considerados rebeldes no âmbito nacional, desde a visão do governo supostamente plurinacional, posto que a construção do discurso de resistência *desde abajo* é quase sempre de que “es la sociedad la que debe autodeterminarse para contrarrestar la dinámica perversa que todo poder estatal conlleva.” (*Idem*)

Dessa forma, não basta um levante de tomada do estado com um viés étnico, mas com uma fundamentação ideológica estatal-colonial, como foi feito no surfar da onda das revoltas populares dos anos 2000. Faz-se necessário, frente a uma luta real de contraposição ao capitalismo potencializar o discurso local e comunitário, além das organizações autogestionadas desde suas bases sociais. Porém, por mais que o governo de Evo tenha obtido diversos avanços sociais, determinadas políticas de governo implementadas tornam-se alvos de críticas, como sustenta Solón (2016b, p.57), quando afirma que “lo que hemos visto en los últimos años es una obsesión de los mal llamados gobiernos del Vivir Bien para crecer en términos del PIB que mide solamente la parte de la economía que se mercantiliza; es decir aquella producción de bienes y servicios que ingresan al mercado capitalista así destruyan naturaleza y seres humanos. ”

Essa obsessão mencionada por Solón coaduna com a continuidade do Estado plurinacional no jogo do capitalismo mundial, no que tange ao extrativismo selvagem e a concessão de espaços a multinacionais, lógica que segue na contramão da ideia de proteção

² Trata-se aqui de entrevista concedida a Erbol Digital sob a notícia “Silvia Rivera asegura que “la derecha es el Evo”. Disponível em: <http://www.erbol.com.bo/noticia/politica/06012014/silvia_rivera_asegura_que_la_derecha_es_el_evo>. Acesso em: 10 abr. 2018.

da natureza e da *Pachamama*, plasmada na constituição boliviana, bem como as governabilidades que são feitas nesse processo de construção de um poder central, mencionadas por diversos críticos ao governo, entre esses Silvia Rivera, como "un sector de la ultra izquierda estalinista" del régimen de haberse beneficiado del "capital simbólico que aporta lo indio" y de haber capitalizado la "plusvalía simbólica" de la memoria indígena."³

Essa crítica ácida de Silvia Rivera ressurge em entrevista ao portal *Territorios en resistencia*, por meio de um ataque direto ao presidente Evo Morales, ao apontar que "no hay indígenas en el poder. Tenemos que tener eso bien claro. El presidente de Bolivia, Evo Morales, es un ex-sindicalista cocalero, parcelario, mercantil, vinculado a la producción comercial y de monocultivo. No hay nada de indígena en su forma de ser, ni de percibir. Ni siquiera habla un idioma indígena. Es solamente un recurso retórico decir que es indígena. Tampoco supone una ruptura de los modelos hegemónicos que nos vinculan a ser el patio trasero de las grandes transnacionales⁴."

Assim, uma reorganização que pautar uma transformação radical "desestatizadora" no sentido do fortalecimento das autonomias das organizações, sempre será sufocada dentro dos ambientes colonizados das estruturas do Estado-nacional, que sempre concentra as elites mesmo dentro do estado plurinacional.

Tal fator será não somente uma ponte para a vinculação do governo reformista de Evo e as estruturas oligárquicas nacionais e as transnacionais, como também um pressuposto para a sustentação desse governo durante o período de bonança como aponta Solón (2016, p.58), mas que como detém o controle do Estado-(pluri)nacional, em qualquer situação oposta está sob o comando das decisões, ou seja:

La experiencia de esta última década muestra que las empresas transnacionales y las oligarquías internas obligadas por la presión social pueden aceptar una redistribución del ingreso para no perder todas sus utilidades. Sin embargo, cuando la bonanza de precios internacionales llega a su fin, y afecta sus bolsillos, despliegan todo tipo de acciones para desplazar a los "progresistas" del gobierno y aplicar las políticas neoliberales más salvajes.[...] Este modelo -donde en primer lugar está el Estado, en segundo lugar la inversión privada nacional, en tercer lugar la inversión extranjera, en cuarto lugar la microempresa, en quinto lugar la economía campesina y en último lugar la economía indígena- fracasó. (SOLÓN, 2016, p.44)

Desse modo, a crítica disposta aqui não é a de um governo traidor/enganador como assinala Silvia Rivera, mas sobretudo – mesmo sem discordar em certos aspectos– de como a produção desse Estado-nacional coopta os discursos das resistências produzidos pelos movimentos indígenas com os anseios da colonialidade do poder impregnados em seus corpos e práticas e, consequentemente descaracteriza e despotencializa um processo de construção dos movimentos indígenas *desde abajo*, no âmbito da construção de processos descentralizados ao Estado, posto que "colocar la producción local y comunitaria en el centro no significa abandonar o dejar de lado empresas estatales y servicios públicos que por sus características pueden ser mejor gestionados y provistos a nivel estatal y nacional. Ese es el caso por ejemplo de la banca o de servicios públicos esenciales como la educación, la salud y las telecomunicaciones que deben tener un carácter universal. Sin embargo, estas empresas estatales y servicios públicos deben contar con mecanismos efectivos de participación ciudadana para evitar su burocratización, corrupción y adecuarse a las realidades que vive cada región." (SOLÓN, 2016, p.62).

Nessa perspectiva, os indígenas compreendem a centralidade do Estado como fator importante na organização dos serviços sociais básicos. Entretanto, no tocante ao respeito ao seu território, tradições e processos decisórios, os mesmos reiteradamente cobram sua autonomia e o fazem desde suas ancestralidades como a ideia do *suma qamanã*, por exemplo.

Todavia, a ideia do estado plurinacional *desde arriba* prossegue sendo o sufocamento dessa autonomia e a cooptação dos seus discursos e práticas pelo interesse real dos órgãos internacionais na continuação da lógica do capital, por imposição externa e interna, não dos indígenas, evidentemente.

4 Conclusão

O avanço que as revoltas contra o neoliberalismo e as organizações que se articularam, a partir desse momento, conduzindo à eleição de Evo Morales, assim como a consolidação da Assembleia dos Povos que sacramentou a divisão radical pensada pelos movimentos indígenas de Estado plurinacional, determinaram um marco histórico no continente latino-americano e no contexto mundial, por meio do reconhecimento dos outros países e dos órgãos internacionais.

³ Entrevista de Silvia Rivera Cusicanqui ao jornal Opinión em 12 de outubro de 2014 com o título "El indianismo de ese Gobierno es de caricatura". Disponível em <<http://www.opinion.com.bo/opinion/articulos/2014/1012/noticias.php?id=141916&calificacion=3>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁴ Entrevista concedida ao portal Territorios en Resistencia em 9 de janeiro de 2014 denominada "Evo está en el corazón de la derecha". Disponível em: <<https://www.territoriosenresistencia.org/noticias/silvia-rivera-cusicanqui-evo-esta-en-el-corazon-de-la-derecha>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Entretanto, os processos de articulação política que ocorreram no interior da Bolívia, trazem ao debate uma análise do processo que definiu a fronteira que será instalada desde a centralidade do poder e o clientelismo usualmente reconhecido do sistema do estado-nacional moderno.

Estes aspectos evidenciam crises geradas a partir da invisibilização que o estado plurinacional fará dos próprios pontos constitucionais aprovados no ano de 2009 relacionados aos povos indígenas, sua autonomia, a proteção de seus territórios e a apropriação do *sumaq qamanã* desde a estrutura estatal e plasmada também na carta magna do país.

Assim, o que para nós é importante e incontestável é que o sistema de ruptura da colonialidade dos poderes e saberes na zona latino-americana ultrapassa a (re)construção do Estado em uma outra figura, mas ainda hierarquicamente central, ou com um apelo político ideológico indígena, mas uma prática político econômica transnacional e do capitalismo internacional. Nesse sentido, não desacreditamos da possibilidade do Estado plurinacional pensado pelos indígenas como abordamos aqui, mas pelo contrário, acreditamos plenamente nessa construção estatal que deixa de ser abstrata e passa a ser em torno da população e gerida por ela.

Questionamos, por outro lado, a possibilidade de um Estado plurinacional que se oriente desde uma organização estatal-piramidal, em que a centralidade do poder seja a representação de uma sociedade pluriversa, que se apropria dos discursos e práticas desde uma demanda popular, mas que ao estatizar os saberes e práticas, exotiza a imagem do indígena, colocado como o "outro", o diferente.

Torna-se difícil crer na possibilidade de uma ruptura de estrutura dos modelos coloniais na zona latino-americana desde a estratégia do estado nacional e a solidificação das eleições burguesas e sua estrutura de democracia representativa, que em todos os locais do mundo representassem as mesmas classes e os mesmos interesses.

Portanto, a luta dos indígenas em torno da produção de uma forma de radicalidade em torno da construção do Estado ou outras estruturas de rompimento com a lógica da colonialidade do poder e saber imbricada no seio da estrutura do Estado-nacional se faz relevante, e, sobretudo, necessária para apresentar o discurso da resistência que persiste nessa zona do mundo, bem como propalar o silenciamento processado pelo Estado boliviano dos reclames postos pelos povos indígenas durante a Assembleia dos Povos e negociados com transnacionais e a elite boliviana.

Entende-se que, somente a partir da produção de novas formas de se organizar por fora do Estado-nacional ou mesmo em uma lógica oriunda dele, mas que o entenda como centralizador dos serviços básicos de uma população e não como capacho de transnacionais e órgãos internacionais, será possível a fundamentação prática para uma revolução e não reforma das estruturas capitalistas e suas relações de colonialidade dos corpos, mentes, saberes e tradições de nossa zona latino-americana que sangra, mas que segue resistindo.

Referências bibliográficas

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. A construção do Estado Plurinacional na Bolívia: institucionalizando o abigarrado sem homogeneização modernizadora? 2012. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 15., 2012, Teresina. Anais. Teresina: UFPI, 2012. p.1-27. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21608/1/2012_eve_acmcunhafilho.pdf>. Acesso em: 08 abr.2018.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Pueblos originários y Estado*. La Paz: Azul Editores, 2008. 79p.

DÁVALOS, Pablo. La plurinacionalidad del estado y las aporías del liberalismo. *La Línea de Fuego* [online], 2013. Disponível em: <<https://lalineadefuego.info/2013/07/24/la-plurinacionalidad-del-estado-y-las-aporias-del-liberalismo-por-pablo-davalos/>>. Acesso em: 08 abr.2018.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007. 241p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 278p.

SOLÓN, Pablo. *Es posible el Vivir Bien: Reflexiones a Quema Ropa sobre Alternativas Sistémicas*. Bolívia: Fundación Solo, 2016. 78p.

TOUSSAINT, Eric. *¿Un capitalismo andino-amazónico?* [online]. Traducido por Griselda Pinero y Raúl Quiroz. Liège/BE: CADTM/Rebelión, 2009. p.1-12.